

## A DESPOLITIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Djalma Barbosa Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo busca expor as reais consequências da despolitização para a sociedade, demonstrando que essa ideia está sendo implantada na cultura brasileira. Tornando a população inerte, e às vezes indiferente a realidade que o país vem passando, diante da descrença no poder público. E no campo do pensamento crítico, não existe mais uma esquerda ou uma direita, e sim um conjunto de ideias que no final buscam seus próprios interesses, estão todos se tornando uma espécie de exército de reserva, que se vai alastrando, e dando continuidade à permanência no poder. O termo política não abarca apenas os que possuem capacidade eleitoral ativa, mas não se pode negar que a influência do eleitorado faz parte da construção da democracia.

**Palavras-chave:** Política, Estado, Soberania Popular, Cidadania.

### 1 Introdução

É notório que o Brasil vem evoluindo a cada ano na consolidação de sua democracia, conquistada com muito esforço, inclusive com grandes movimentos populares para sua efetivação, servindo de exemplo para outros países, situação que o torna como destaque em cenário mundial. Tendo seu sistema de representatividade política o escopo de atingir o maior número de pessoas de maneira eficaz e eficiente, afim de diminuir as desigualdades sociais e regionais, além de garantir o desenvolvimento nacional.

Entretanto, o Estado não consegue suprir a maioria dos anseios da população, isso é realidade em todas as classes sociais, mormente, as menos favorecidas, sentindo-se desamparadas, conseqüentemente, perdem o interesse pela vida política, não apenas no sentido de não quererem exercer a cidadania da escolha de seus representantes, mas também de não participarem da gestão daqueles que foram eleitos pelo voto popular. Sendo que a fiscalização e a cobrança dos eleitores é de fundamental importância para o progresso da democracia, evitando muitos das problemáticas que hoje sondam a política.

Ademais, as constantes e sucessivas crises e mudanças nas representações políticas ao longo da história do Brasil, seja por envolvimento em escândalos de corrupção ou de apadrinhamentos políticos em cargos comissionados, de pessoas muitas vezes sem qualificação técnica para exercerem tal mister, desperta repulsa da população que acaba generalizando as situações, colocando seus representantes na mesma vala comum, deixando o cenário político menos atraente.

É forçoso se falar também de eventos externos que influenciam a grande parcela da população, qual seja, a mídia, representados muitas vezes por interesses escusos, que de certa forma comandam as informações repassadas à população. E essas pessoas, muitas das vezes, deixam-se influenciar pelas informações repassadas pelos meios de comunicações, sem terem qualquer pensamento crítico sobre o conteúdo, acreditando em tudo que lhes é repassado, e esse comportamento é transferido para seus descendentes, o que torna o pensamento de discernimento fragilizado.

Dessa forma, existem várias maneiras de despolitizar uma sociedade, uma das principais é impedir a circulação de informações e perspectivas distintas a respeito do modelo de funcionamento da vida social da população. Há, no entanto, uma forma mais perversa, que consiste em construir uma espécie de causa genérica capaz de responder por todos os males da sociedade, ou seja, qualquer problema que aparecer será a ela imputado, sendo sempre remetido à mesma causa.

Não obstante, há temas que são considerados o problema de toda uma sociedade, no Brasil não é diferente, toda a problemática gira em torno da corrupção, o que significa dizer que toda as mazelas do país está relacionada a esse tema. Creditando todos os acontecimentos negativos da vida nacional, desde a falta de segurança, passando pelo péssimo serviço de saúde oferecido às pessoas, chegando até os problemas na educação, à corrupção. Seguindo por esse viés, não há mais debate político possível, pois o combate à corrupção é a palavra-chave para se resolver tudo o que existe de ruim na sociedade brasileira, e como consequência, a política brasileira ficou pobre de debates.

Contudo, não se trata aqui de descriminalizar a prática nefasta da corrupção e muito menos dizer que não seja um problema grave na vida da sociedade brasileira. Entretanto, apenas afirmar que o problema do Brasil é a corrupção, não acrescenta em nada para modificar essa situação, repetir uma determinada palavra, não faz com que o problema seja solucionado, pelo contrário, faz com que a situação permaneça como se

encontra, para qualquer mudança tem que haver a evolução dos debates, e não apenas repetir os mesmos posicionamentos, sempre com o intuito de colaborar com a situação.

E apesar de todos os esforços para tentar solucionar os problemas, as discussões não avançam, sempre ficam no mesmo lugar comum, sem uma reflexão mais ampla sobre as disfuncionalidades estruturais do sistema político brasileiro. Sendo também que muitas das investidas das pessoas em apenas fazerem a acusação de corrupção, não tem uma fundamentação plausível, pois confundem o exercício regular da profissão, que precisa de todo o aparelhamento necessário para sua correta e eficaz execução, com o tipo penal da ilicitude.

Entretanto, apesar de todas as evoluções ocorridas na democracia brasileira, a despolitização tem sido uma crescente, tendo o comportamento político da sociedade se tornado cada vez mais superficial, tanto em nível nacional, como estadual e municipal, gerando consequências nefastas para o desenvolvimento do país, tornando os eleitores impotentes com resultado de suas atitudes, não possuindo poder de decisão capaz de mudar a realidade suas vidas e muito mesmo da nação.

No Brasil, o tema sobre democracia merece um pouco mais de reflexão, mormente, sobre como tem se comportado o eleitorado brasileiro perante os gestores públicos, considerando que seu poder de fiscalização e cobrança se estende aos três poderes da república. Devendo mudar a cultura letárgica do eleitorado, que muita das vezes pensam que apenas exercer o papel de votar já estão cumprindo o seu papel de cidadão, sendo que esse é um dos seus deveres, tendo que da mesma forma fiscalizar a atitude de seus representantes.

## **2 A consolidação da democracia brasileira**

### **2.1 Sua evolução através da Constituição de 1988**

A democracia tornou-se sólida no Brasil por intermédio da Constituição da República de 1988, que veio também ser denominada de Constituição Cidadã, justamente pelo fato de assegurar os direitos e garantias fundamentais de sua população, através do aclamado Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Atualmente, milhares de brasileiros exercem a sua cidadania através do voto direto, secreto, universal e periódico, sendo uma das cláusulas pétreas, de acordo com o art. 60, §4º, inc. II, da CF/88.

Nos dias atuais, a ideia de democracia está voltada mais para o conceito de um Estado que garanta as liberdades individuais, logicamente, sem detrimento da coletividade. Já para o filósofo Norberto Bobbio a democracia não pode ser definida e muito menos atribuída a um elevado número de cidadãos o direito de participar direta ou indiretamente das decisões coletivas, nem a existência de regras de procedimento como o da maioria. É imperiosa uma terceira condição:

é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que vão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condição de escolher entre uma ou outra. Para que se realize essa condição é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. — os direitos à base dos quais nasceu o Estado liberal e foi construída a doutrina de Estado de direito em sentido forte, isto é, do Estado que não apenas exerce o poder sub lege, mas o exerce dentro de limites derivados do reconhecimento constitucional dos direitos “invioláveis” do indivíduo. Seja qual for o fundamento filosófico destes direitos, eles são o pressuposto necessário para o correto funcionamento dos próprios mecanismos predominantemente procedimentais que caracterizam um regime democrático. As normas constitucionais que atribuem estes direitos não são exatamente regras do jogo: são regras preliminares que permitem o desenrolar do jogo. (NORBETO BOBBIO, TRADUZIDO POR MARCO AURÉLIO NOGUEIRA, 1997, p. 20)

E já para atual doutrina eleitoralista:

A democracia é uma forma de regime político, em que se permite a participação do povo no processo decisório e sua influência na gestão dos empreendimentos do Estado, consubstanciada em valores fundamentais que a norteiam (maioria — o que a maioria do povo decidir está decidido; igualdade — todos os membros da sociedade têm a mesma condição (igualdade perante a lei) — e liberdade — livre-arbítrio de escolha, de voto, de consciência, de pensamento, de ir e vir etc.) e princípios (soberania — a vontade do povo é a que decide; e participação direta ou indireta — o povo decidindo direta ou indiretamente, por seus representantes, o regime político a ser traçado e seguido) (THALES TÁCITO CERQUEIRA E CAMILA ALBUQUERQUE CERQUEIRA, 2012, p. 87).

Ademais, a Carta Magna destacou para os cidadãos brasileiros a soberania popular, ou seja, é um poder supremo e independente, no art. 1<sup>a</sup>, parágrafo único, da CF/88 diz que: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. A soberania popular é formada pelo direito de votar (capaci-

dade eleitoral ativa) e ser votado (capacidade eleitoral passiva), o plebiscito, referendo e iniciativa popular, nos termos do art. 14 da CF/88.

E em continuação ao processo de democracia, a Carta Magna explica de maneira categórica que o Presidente, Governadores, bem como os Prefeitos dos municípios com mais de 200 mil eleitores fossem eleitos por maioria absoluta (metade mais um dos votos) ou em dois turnos, se nenhum candidato alcançasse a maioria absoluta (metade mais um dos votos) na primeira votação. Nos municípios com menos de 200 mil eleitores, os Prefeitos seriam eleitos em turno único, por maioria simples, ou seja, exige-se que se obtenha de votos, o primeiro número inteiro superior à metade dos presentes.

O legislador foi muito coerente ao implementar a Emenda Constitucional n. 4, de 1993, para evitar qualquer tipo de manobra política, estabeleceu que a lei que alterasse o processo eleitoral somente seria aplicada um ano após a sua vigência. Mas o casuísmo era feito dentro do prazo legal — até que a Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições) deu estabilidade nas relações jurídico-eleitorais, fortalecendo a democracia com a sedimentação das resoluções, jurisprudências e súmulas dos Tribunais Superiores.

Já a Emenda Constitucional n. 16/97 permitiu a reeleição dos chefes do Poder Executivo para um único período subsequente, pois até então no ordenamento jurídico pátrio não havia essa possibilidade, beneficiando o então Presidente em primeiro mandato, Sr. Fernando Henrique Cardoso, e propiciando ao TSE uma releitura sistemática do art. 14, § 5º, da CF/88. Contudo, ainda houve uma expressiva mudança no contexto do Poder Judiciário através da Emenda Constitucional n. 45/04, chamada de Reforma do Judiciário.

Portanto, a democracia brasileira, que sofreu em períodos intercalados da história, chegando ao seu ponto mais sólido com a Carta Política de 1988, ainda está em fase recente de consolidação. Até mesmo porque, o Estado Democrático não é um todo apenas formal, um ato simplesmente técnico, no qual se dispõe um conjunto de regras relativas à escolha dos dirigentes políticos, é muito mais que apenas esse ato solene.

A democracia é dinâmica e está em aperfeiçoamento, ou seja, em constante evolução, tendo como fundamento o Princípio da Soberania Popular, que impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, na própria gestão política. A participação não se exaure na simples formação das instituições representativas, no dia das eleições, sempre há algo para melhorar, na atualidade o clamor nacional pede urgentemente a reforma política.

### 3 A despolitização da sociedade civil

#### 3.1 Os principais aspectos para sua causa

Para ser exercida com eficácia a tão sonhada democracia, o eleitorado tem que assumir seu papel de fiscalizador de seus representantes políticos, o que atualmente não vem ocorrendo no cenário nacional. Essa postura do tem sido objetivo de estudos da Ciência Política, pois é cada vez mais crescente a distância da sociedade civil pela essência da política, que é uma ferramenta para a sobrevivência e para a convivência pacífica de todos. O que vem gerando o fenômeno da despolitização da sociedade civil por assuntos relacionados à esfera pública.

Para Waltzer (1992), a sociedade civil se apóia em seres sociais que são ao mesmo tempo cidadãos, produtores, consumidores e membros de uma nação. Ele aponta ainda os perigos de uma concepção despolitizada de sociedade civil que prescindiria do Estado, como foi propagado por alguns dissidentes do regime socialista do Leste Europeu. A sociedade é um campo de tensões onde ambas as esferas - Estado e sociedade civil - devem se controlar mutuamente. Fato muito comum, atualmente, é da falta de interesse da sociedade civil pelos embates políticos, mormente, por aqueles que exercem o poder de escolher seus representantes, que são os eleitores, pois eles carregam uma responsabilidade enorme de decidir o rumo de toda uma nação.

São muitos os fatores que levam a sociedade civil a se afastar de assuntos relacionados à política, pois além do nepotismo, da falta de moralidade com os recursos públicos, da corrupção escancarada em todos os níveis de governo, e da apropriação pessoal indébita de recursos, privilégios e prerrogativas, essa imprecisão tem uma função primordial e reacionária, retrógrada, ou seja, fazendo com que ao invés das pessoas lutarem contra tudo isso, elas ficam inertes, impotentes, descrentes, com um pensamento de que nada podem fazer para mudar a situação.

Ademais, a sociedade despolitiza o que é para ser objeto de discussão, de um amplo debate para expor suas posições, e ação política, personalizando, o que deveria ser objeto de confronto programático, estrutural, ideológico ou ético. A discussão saudável transformou-se em assuntos pessoais, transmutando-se em atitudes ofensivas, um espetáculo de vaidades, agressividades, e explicações fora de contexto, e muitas das vezes judicializando assuntos que poderiam muito bem serem dialogados e resolvidos de maneira mais simples. Uma catarse, onde todos se transformam em autoridades, em donatários de fatias do espaço público,

que usam como recurso para promover seus interesses e impulsos particulares.

Destarte, o que é público vira uma festa privada, para a qual a platéia – o povo, a cidadania, a maior parcela da população – não é convidada para participar de absolutamente nada, mas todos às atividades são feitas em seu nome. O que torna a população sem ação para reagir, ficando desolada pela frustrante repetição do mesmo enredo, ou seja, da mesma história que se repete, como um ciclo vicioso.

Não existe mais uma esquerda ou uma direita, não há uma ideologia para uma análise, e sim um conjunto de ideias que no final buscam seus próprios interesses, estão todos se tornando uma espécie de exército de reserva, que se vai alastrando, e dando continuidade à permanência no poder.

Para Hannah Arendt (2004), o germen da dominação política moderna encontra-se no nascimento do Estado-Nação, pois sua emergência implica o fechamento dos espaços para o livre agir entre os homens. Ao homem moderno não é dado agir, mas sim comportar-se segundo normas técnicas que visam à maximização da produção e do trabalho.

Instauram-se nas sociedades modernas massificadas o isolamento político entre os homens e a decorrente despolitização da sociedade. Arendt não enxerga dentro desse modelo político centralizador, saídas para que as pessoas possam intervir no rumo da história. Acreditando que a salvação só poderá acontecer por meio de uma espécie de milagre, a partir do novo, do inusitado, que somente se faz possível no momento em que os homens passem a agir politicamente.

Com toda essa letargia em relação aos representantes do povo, a complacência torna-se algo frequente nas relações dos gestores com a sociedade, isso é parte de um processo coletivo de alienação e está associada à perda de qualidade social, política, histórica, cívica e moral, da sociedade brasileira.

É notório que o processo de construção democrático brasileiro é recente, precisando ter um amadurecimento urgente, pois não é a toa que nos últimos anos, a população está indo às ruas expor sua total insatisfação com o rumo político que o país está levando. O início da consolidação democrática, iniciou com muito entusiasmo cívico e foi decaindo ao longo dos anos. Não se usa na política, em sua transformação, o mesmo empenho que a sociedade usa quando seu time de futebol está jogando, ou até mesmo nos fervorosos embates políticos entre o eleitorado durante as campanhas eleitorais.

Evelina Dagnino (2002), relata que a ênfase na constituição do interesse público no interior dos espaços de formulação de políticas públicas (e fora deles) pode contribuir para combater uma tendência notória no Brasil hoje, que é a crescente despolitização da participação da sociedade civil. Senão vejamos:

Um entendimento alternativo poderia sugerir que os espaços de formulação de políticas constituem uma das múltiplas arenas em que se trava a disputa hegemônica, numa guerra de posições onde ações pontuais, de menor escopo e significado mais imediato, podem vir a se acumular molecularmente na direção de minar a ordem social desigual e significar a expansão gradual de um projeto hegemônico alternativo, se, evidentemente, esse projeto for capaz de manter um vínculo orgânico em relação a essas ações pontuais, conferindo-lhes uma articulação e direção próprias.

Para que esses espaços possam constituir uma arena desse tipo, é preciso que eles sejam efetivamente públicos, no seu formato e no seu resultado. Daí a importância, por um lado, de resgatar a ênfase no caráter propriamente público que devem ter as políticas públicas, reconhecendo que a constituição do interesse público é um processo radicalmente inovador na sociedade brasileira que enfrenta, por isso mesmo, enormes resistências e dificuldades. Isso implica também reconhecer que a dimensão do conflito é inerente a esse processo, como o é à própria democracia, e que os espaços de formulação de políticas que contam com a participação da sociedade civil não apenas são inerentemente marcadas pelo conflito como representam um avanço democrático precisamente na medida em que publicizam o conflito e oferecem procedimentos e espaço para que ele seja tratado legitimamente. A ausência de espaços desse tipo facilita a tomada de decisões e a formulação de políticas através de um exercício autoritário do poder, onde o Estado ignora e deslegitima o conflito ou o trata nos espaços privados dos gabinetes, com os que a eles têm acesso. A desprivatização das estruturas decisórias do Estado e a publicação do conflito representam, portanto, condições favoráveis ao avanço de construções hegemônicas alternativas.

Além disso, a ênfase na constituição do interesse público no interior público no interior dos espaços de formulação de políticas públicas (e fora deles) pode contribuir para combater uma tendência notória no Brasil hoje, que é a crescente **despolitização** da participação da sociedade civil. Assim, seu envolvimento com as políticas públicas, no quadro da confluência perversa que mencionamos acima, tende a fazer com as tarefas da gestão do Estado passem a tomar o lugar – e esgotar o significado – da política. Resgatar e reforçar esse significado, na disputa, no debate e na deliberação em torno da constituição do interesse público, é tarefa fundamental da sociedade civil.

Isso não significa, desde logo, sugerir que os resultados dos encontros que estudamos representam necessariamente elementos moleculares contribuindo para uma construção hegemônica alternativa. Até porque não é a participação da sociedade civil que asseguraria, sem mais, este caráter, mas sim o conteúdo concreto das políticas em questão. Mas essa discussão, preliminar e tentativa, quer assinalar a importância desde debate e alertar para a necessidade de explicitar de forma mais cuidadosa e examinar nas suas consequências o significado que estamos atribuindo às políticas públicas. Na medida em que grande parte da participação da sociedade civil do Brasil hoje está dirigida para os espaços de formulação de políticas públicas, esse debate está na base da avaliação dos limites e possibilidades dessa participação. (EVELINA DAGNINO, 2002, p.300 -301) (*grifos nossos*)

### 3.2 As consequências da despolitização

O Estado brasileiro na atual situação que se encontra, tem que evoluir muito no campo da participação mais efetiva, não apenas por aqueles que possuem legitimidade eleitoral ativa, mas por toda a sociedade, não é a toa que um dos reclames da população é a urgente reforma política. Entretanto, as consequências da despolitização são muitas e devastadoras para qualquer país, ainda mais quando esse país está em desenvolvimento, no caso o Brasil, por isso merece especial cuidado.

As consequências são das mais diversas formas, desde achar que qualquer crítica política é considerada uma ofensa pessoal, levando para esse viés mais superficial. Atitudes como estas fazem com que o espaço reservado para um amplo debate crítico, com fundamentação, torne-se uma guerra de egos, sem evolução nem do campo da política, muito menos no campo da racionalidade.

Outra situação muito comum é o monopólio da informação nas mãos de pessoas com ideologias tendenciosas, ou seja, manipuladoras, que buscam passar a ideia de “neutralidade”, mas que na verdade manipulam as informações para que seja atingindo precisamente seus objetivos. Muito se fala que o Brasil possui um 4º (quarto) poder que seria a imprensa, logicamente, não podemos negar a sua importância para o processo democrático e a confirmação do Princípio da Liberdade de Expressão, mas toda informação deve ser bem analisada por toda a população, para que tem um pensamento crítico, sobre qualquer assunto, e não apenas informações que venham “mastigadas”, para não correr o risco de haver apenas duas escolhas a concordância ou a indiferença.

Ademais, a perda ou confusão do significado de conceitos políticos fundamentais tem sido outro fator que tem gerando a despolitização, ou seja, o próprio termo “política” tem sido esvaziado, tratado com indiferença. Não havendo distinção entre aristocracia e democracia, pois para a maioria da população, já descrente com o modelo imposto da situação política agem como se não houvesse nenhuma diferença.

Desta maneira, o discurso sobre política nunca se torna claro, objetivo e publicamente compreensível, ficando como verdade apenas aquilo que é exposto na mídia. Outrossim, é muito comum infiltrarem-se pensamentos de desestímulo e de reprimir manifestações políticas, como se essas manifestações fosse para pessoas que não tem o que fazer da vida, sendo até muitas vezes discriminados que participa de alguma manifestação, seja nas ruas, nos órgãos públicos, dentre outros. Dando cabimento, às vezes as notícias e os embates políticos internacionais do que no Brasil, levando esse tema como algo ruim, pejorativo.

Além da utilização, mormente, pela mídia e redes sociais, mecanismos de distração que supervalorizam imagens sem significação, de determinados assuntos vazios, sem qualquer tipo de benefício para a população, e muita das vezes há o incentivo de usufruir de passatempos que evitam tocar o tema político.

Muita das vezes, uma imagem ou um vídeo chamam mais atenção e ocupam mais espaço que um discurso ou um texto, o debate sobre determinado assunto passa a ser considerada algo tedioso, e quem busca entediar ao invés de distrair é desconsiderado socialmente, é evitado, descartado, discriminado, sem vez para o chamado mundo atual.

Outro caso a ser tratado, e que possuem todo um estigma é a chamada nivelção cultural, ou seja, o que existe é considerado correto e normal pelo simples fato de existir, torna-se proibido qualquer tipo de crítica a hábitos culturais comuns. Pois, qualquer tentativa de mudança ou de um posicionamento contrário é considerada como moralista ou fundamentalista, como excesso. Sendo que da mesma forma, os hábitos diferentes são isolados, evitados, como se fossem doenças contagiosas que não pudessem ter lugar no meio social.

Igualmente, os hábitos são levados à desvalorização, pelo simples fato de não haver mais distinção entre ser honesto ou ser corrupto. O relativismo do “cada um faz o que quer da sua vida”, confundindo o papel público da pessoa e seus deveres enquanto gestor público com o direito de privacidade, ou seja, o que é de valor público passa a ter valor privado e é relativizado.

A cultura de que não pode perguntar, pois tudo é questão de segurança do gestor, em detrimento da publicidade do público, gerando um pensamento equivocado, pois o relativismo tem um limite, que é do bom senso. O critério tem que ser mais técnico, levando em questão as devidas ponderações, aquele que está para administrar o que público.

Outra situação muito comum, e que subliminarmente ocorre, mas não é de longe discutida, é o *status* de está ao lado de figuras públicas, invés de serem tratados como agentes políticos que tem o dever de servir à população, são tratados como verdadeiras celebridades, fazendo com que às pessoas tem mais medo, do que respeito, distanciando ainda mais seus eleitores da administração de suas gestão.

Aqui no Brasil, esses fatos são bastante corriqueiros, pois muitas das vezes, a atuação como político, fica muito aquém do esperado, e mesmo com esse resultado insatisfatório, não é cobrado pelas pessoas, e ainda assim tornam-se admirados e venerados, por parte da população quando ganho deles um aperto de mão, ou até mesmo um diálogo de poucos segundos, já se torna o bastante para que as pessoas esqueçam da sua má gestão.

Outro fato que acontece, é a normalidade que a sociedade encara, esses dois fatos, um é que acham normal fazer da política uma profissão, ou seja, eternizarem-se como políticos, sendo que o foco deveria ser a boa administração, o que não é o que ocorre, e a outra situação é a hereditariedade entre os membros de suas famílias.

A confusão em diferenciar o termo política com representação administrativa, é outro fator bem comum, pois a “política” é muito mais ampla do que a simples administração pública, que é apenas um ramo dela, não devendo ser tidas como sinônimos. Por isso que o crescimento da despolitização, essa falta de crítica fundamentando, com mais critério está fazendo muita falta nos dias atuais.

A generalização das informações tem deixado a população sem vontade de participar do conteúdo democrático do país, como havia dito, não apenas na gestão de seus representantes, mas da própria fiscalização contribuição que qualquer pessoa pode dá, mesmo não tendo legitimidade eleitoral ativa.

Ademais, ainda tem outra situação pouco discutida, que é à fuga da responsabilidade, ocorrendo a torça de sua responsabilidade pelo prazer fácil. Às vezes, a população é ludibriada por algo momentâneo, satisfazendo temporariamente seu ego, estimulando a distração por um termi-

nado momento, para sofrer as consequências pelos restantes de seus dias. Infelizmente, essa é a situação encontrada pelos brasileiros, muito das vezes sofrem duramente as consequências de suas escolhas equivocadas.

A conscientização da civilidade, não se encontra apenas em ser educado com o próximo, ou não jogar o lixo na rua, mas muita mais em exercer o poder que cada cidadão tem de tornar o lugar em que habita mais humano, tendo consciência de seus deveres e obrigações, mas também de fiscalização e de não possuir uma memória curta diante de tanta situação vergonhosa que aflige a nação brasileira, que vai desde a segurança pública, a corrupção, a saúde, educação, etc.

Em termos de comportamento político, Samuel Huntington explana sobre a desilusão com os novos sistemas democráticos, manifestando-se de quatro maneiras, senão vejamos:

Primeiro, muitas vezes levou à resignação, ao cinismo e ao distanciamento da política. Na maioria das novas democracias, os níveis de votação eram altos durante a transição, mas declinaram, algumas vezes drasticamente, nas eleições subsequentes[...]. Segundo, a desilusão manifestou-se numa reação contra os titulares dos cargos. Como na Espanha, os eleitores podiam tirar o partido governante e substituí-lo por um outro grupo de governantes[...]. Terceiro, a desilusão com a democracia às vezes produziu uma resposta contra o *establishment*. Nesse caso, os eleitores não apenas rejeitaram o partido no poder; rejeitaram também o principal partido ou grupo alternativo do *establishment* político e deram seu apoio a um grupo ou partido de fora[...]. Uma quarta e mais extrema manifestação política de descontentamento seria uma resposta dirigida não de maneira geral aos grupos no poder ou ao *establishment*, mas ao próprio sistema democrático. As forças políticas concretas que se opunham à democracia incluíam tanto os grupos conservadores sobreviventes ao regime autoritário como os grupos extremistas de oposição ao regime autoritário[...] (SAMUEL HUNTINGTON, 1994, p.259-261).

Entretanto, retornando ao comportamento político da população referente ao seu poder de escolha de seus representantes, notório é o poder que cada eleitor possui em influenciar de influenciar nas decisões políticas, e com isso mudar essa realidade, que antes do caos presenciado pela população e sofrido por todos, é a despolitização da consciência política.

Renato Ortiz (1999) entende que há duas concepções de entendimento sobre a despolitização da sociedade. A primeira trata do processo

de integração dos membros da sociedade no capitalismo avançado, isto é, na sociedade de consumo e a segunda vincula a despolitização pela lógica de mercado da indústria cultural. É inegável que com o passar dos anos, a despolitização só aumentou, como afirma Wolf:

Por fim, nos últimos trinta anos as pessoas deixaram de colocar todas as esperanças e todos os sonhos na política para colocar em outros lugares e a democracia colocava pessoas para representar os interesses do povo, decidindo as coisas no lugar dos indivíduos, o que levou a todos os outros esquecerem a política. “A política era tudo e aos poucos se tornou nada” (WOLF, 2007, p. 66).

Ademais, uma enorme parcela do eleitorado acaba não se preocupando com os acontecimentos que ocorrem na vida pública durante a gestão de seus representantes, pois estão às vezes desinteressados mesmo no assunto, ou até mesmo com os olhos voltados para suas vidas privadas que termina deixando aspecto coletivo de lado.

Passando a maior parte do tempo indiferentes aos assuntos relacionado a política, ou seja, as questões ligadas à administração pública e ao governo em geral. Somente quando se deparam com as campanhas eleitorais é que vem à tona o interesse popular, como se todos os problemas e expectativas fossem ser solucionados naquele período de campanha política.

Entretanto, é praticamente impossível querer que no meio do calor e da confusão das campanhas eleitorais, que a grande massa possa fazer um juízo mais ou menos seguro sobre as questões que são absolutamente remotas à sua vida habitual, cotidiana e insuscetíveis de se clarearem pela atenção ordinária que a grande massa costuma dedicar a esses assuntos.

E, ainda sobre a despolitização, afirma Ortiz:

Estes novos ídolos das biografias estimulam no leitor não mais uma vontade empresarial ou política, mas o conformismo às normas da sociedade. Passou-se de uma fase na qual a ação era o foco central na orientação dos comportamentos para uma outra em que se privilegiava a passividade (ORTIZ, 1999, p. 150).

Diante desse contexto, muitas consequências surgem com essa tão falada despolitização, sendo que apesar de ter sido exposto acima, essas consequências são apenas exemplificativas e não taxativas, demonstrando que a situação é bem pior do que aparenta ser.

Não é por acaso, que os problemas do Brasil, passam por todas as esferas de poder, e classes sociais, com todos os tipos de situação degradante, desde os mais complexos até os mais bizarros, mas que afeta a todos de uma maneira bem intensa. Na seara eleitoral não é diferente, essa mazelas ainda estão enraizadas no contexto de formação do eleitoral, porque muitas vezes o foco é apenas naqueles que possuem a capacidade eleitoral ativa ou passiva, não se atentando que às informações de cunho político, deve está sendo ensinadas nos primeiros anos escolares, que para nasça na criança o interesse em participar na formação política de seus pais, e que sua participação é primordial em sua geração.

Entretanto, tentar amenizar essa situação é algo que deve ser buscado por todos urgentemente, pois situações mais complexa, como os problemas da saúde no Brasil, não pode mais esperar, o ciclo vicioso da impunidade já se institucionalizou perante os brasileiros, por isso a necessidade de uma real transformação de mentalidade de todos. Apenas votar, não significa exercer totalmente a cidadania, mas a cobrança de quem exerceu seu poder de voto, também faz parte, não raro esses mesmos eleitores, não sabem quem votou na última eleição.

Ademais, devemos urgente acabar com a cultura de tornar nossos políticos como verdadeiras celebridades midiáticas, não se pode confundir respeito com subserviência, em que muitas vezes um aperto de mão, um *selfie*, é mais importante que cobrar efetivamente pelo desempenho de seus representantes. Essa cultura da superficialidade na relação entre os cidadãos e seus candidatos deve ser extinguida de uma vez por todas, permitir esse tipo de situação é garantir a corrupção, uma legislação sem alcance prático, uma eterna continuidade das mesmas dos mesmos problemas que hoje assolam o Brasil.

Não há conseqüências para uma população mais devastadora que esse tipo de situação, uma nova visão da população deve ser mudada de uma maneira surpreendente, que cause realmente um impacto na mente das pessoas, chega de tanta letargia, por parte daqueles que não querem que nada mude. As conseqüências dessa despolitização em massa, resulta nas complicações que o Brasil vivenciou e ainda está passando, com uma falta de autonomia e de ingerências implícitas entre os poderes da República, mesmo que se pouco se falem sobre determinados assuntos. Dessa forma, a população em geral precisa tomar um posicionamento mais energético, e reconhecer suas funções perante a república.

#### 4 Conclusão

Sendo bastante pragmático, esse crescimento da despolitização apenas serve à mesma elite, que se perpetua no poder, seja como gestores, ou até mesmo os que não são gestores, mas são aproveitadores da máquina pública, que muitas vezes se disfarçam de colaboradores. Dessa forma, deve a população ser bastante atenta no que está ocorrendo a sua volta, como já havia dito antes o termo “política” não significa apenas eleições, e cidadania não significa apenas exercer o direito de votar, tudo faz parte de um conjunto, mas não é o todo.

Outrossim, no mundo globalizado, onde as comunidades encontram-se esfaceladas, a nova sociedade não vem do contrato, mas da chamada modernização, como se a facilidade existente hoje, fosse a redenção dos problemas, mas as consequências estão demonstrando que não. Para que haja representatividade, as categorias sociais devem ser capazes de se organizarem autônoma, e mutuamente, no plano social, por fora da vida política.

Todos os setores que representam a sociedade devem se unir por aquilo que acreditam, não deixando que suas divergências, sejam maiores que sua vontade de construir um país melhor. A crise de representação política é responsável pelo enfraquecimento da participação, ou seja, se aqueles que representam a população são escolhidos de qualquer forma, provavelmente, sua gestão será da mesma maneira.

A sociedade apresenta-se multifacetada e não mais restrita ao interesse de um grupo ou de outro, por isso mesmo a responsabilidade de se ter um pensamento coerente, condizente com suas ideologias é tão importante. Então dessa forma, a unificação de pensamentos é tão necessária para a sociedade, pois engloba uma boa parte da sociedade, logicamente, tem que haver uma maior abrangência para abarcar os chamados grupos minoritários, que ainda sofrem muito com a falta de políticas públicas.

Destarte, a sociedade deve ficar atenta, aos meios subliminares que a despolitização está infiltrando-se no meio da cultura brasileira. Pois quem permite que isso ocorra, tornam-se parceiros do mesmo conluio, da mesma coalizão pela impunidade, apostando no impasse por conveniência, para perpetuar seu próprio sistema político, que só atende aos interesses deles mesmos e dos grupos, facções e organizações que os apóiam. A democracia tem que evoluir e ganhar novos contornos, para que os brasileiros mudem a realidade em que vivem.

## Referências

- ARENDR, Hannah. *O que é política*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.
- BÔAS, Pedro Villas. *A despolitização da democracia liberal no pensamento de Carl Schmitt*. [online] 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000300011>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Tradução por Marco Aurélio Nogueira. 6º ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1997.
- CERQUEIRA, Thales Tácito; CERQUEIRA, Camila Albuquerque. *Direito Eleitoral Esquemático*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- DAGNINO, Evelina (Org). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Maria Veras. (Coord.). *O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticos da pesquisa qualitativa*. Fortaleza: UFC, 2005.
- HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda – a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 1.ed, São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- RODRIGUES, Rui Martinho. *Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- WALTZER, Michael. *The civil society argument. dimensions of radical democracy*.ed. Chantal Mousse. Verso. Londres, 1992.
- WOLFF, Francis. *Esquecimento da política ou desejo de outras políticas? In: O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

## Notas

- <sup>1</sup> Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Advogado e Membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/PI. Voluntário das Organizações das Nações Unidas (United Nations Volunteers - ONU). Email: barbosa\_djalma@hotmail.com.